



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA
<b>Autor</b>	CLEITON LIXIESKI SELL
<b>Orientador</b>	ISADORA W. CADORE VIRGOLIN
<b>Instituição</b>	Universidade de Cruz Alta

Desde os primórdios em que o homem tentava dominar a natureza, mudanças estruturais de ordem social e econômica, foram ocorrendo no mundo nas últimas décadas, vindo a fragilizar o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista, dando espaço para uma nova modalidade de geração de renda e trabalho, que é a Economia Popular Solidária - EPS. Estão inseridos nessa economia, esforços conjuntos para exercer atividades econômicas de produção, distribuição e consumo por intermédio da autogestão, tendo como um dos principais elementos a solidariedade. A UNICRUZ através de ações de extensão universitária tem tido envolvimento com atividades de EPS, neste momento, relacionadas a organização de catadores de materiais recicláveis, mas com a intenção de ampliar a atuação para outros segmentos tais como o de agricultores familiares, mulheres, comunidades tradicionais entre outros. Também se tem a intenção de criar futuramente uma incubadora de EPS na universidade. A partir do projeto de pesquisa de iniciação científica denominado, “Agricultura familiar: Um estudo sobre as iniciativas de economia solidária do Município de Cruz Alta” no qual objetiva-se conhecer as experiências de Economia Solidária desenvolvidas no âmbito da Agricultura Familiar em Cruz Alta, analisando suas características e dinâmicas de funcionamento neste município. A intenção é verificar como se dão as instâncias de participação, quais parcerias e incentivos públicos sendo oferecido às Iniciativas de EPS ligadas à agricultura familiar no Município para posteriormente, subsidiar ações que contribuam com a geração de renda, com o desenvolvimento rural e local. A pesquisa está sendo desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Os dados serão coletados através de análise documental (projetos, decretos, regulamentos, regimentos, atas entre outros) e entrevista semi- estruturada com os agricultores familiares que comercializam seus produtos no Centro Público de EPS e na Feira do Produtor, técnicos e gestores da EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura de Cruz Alta. Neste resumo, os resultados são apresentados de forma parcial em função de que até o momento realizou-se apenas parte das entrevistas, a revisão da literatura e análise documental. A partir desta fase foi possível constatar que atualmente não existe um gestor que está a frente da Economia Popular Solidária na cidade de Cruz Alta. Entretanto, as ações ligadas a mesma estão ligadas a Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. No município os grupos contam com o Centro Público de Economia Solidária que é local específico para comercialização, localizado no centro da cidade. Estão vinculadas a este espaço 25 (vinte e cinco) empreendimentos, porém somente 3 (três) são agricultores familiares e 4 (quatro) que comercializam produtos agrícolas (peixe, queijo, salame, hortaliças, mandioca entre outros), mas estes são produzidos no meio urbano. Dentre as dificuldades apontadas acerca do envolvimento de agricultores familiares com a EPS, destaca-se a inexistência de veículo para transportar para os locais de comércio urbano os produtos colhidos da agricultura familiar. Ressalta-se que nos últimos tempos houve uma regressão considerável da participação de agricultores familiares nas ações vinculadas a EPS. Esta é atribuída a dificuldade de transporte acima mencionada, ao elevado gasto para produzir alimentos no meio rural para serem comercializados no meio urbano, mas também a uma questão cultural da população em geral que não incentiva o comércio ao não adquirir os produtos da EPS. A partir destes dados e de uma análise que considera-se ainda preliminar, acredita-se que apesar de o município contar com um espaço específico para o comércio de produtos da EPS, há carência de um incentivo mais efetivo por parte do poder público municipal no tocante a articulação das três secretarias responsáveis pela EPS e com relação a formação política dos sujeitos dos empreendimentos para maior participação de forma que a economia solidária ganhe relevância na cultura política, especialmente no âmbito municipal. Enquanto política pública a EPS demanda ações transversais efetivas que articulem instrumentos de várias áreas, tais como educação, saúde, habitação, trabalho, desenvolvimento econômico para criar um contexto de emancipação e sustentabilidade.